

Foto Luiz Tito-AG. A Tarde

Operação Veredas: o mico de Minc



NESTA EDIÇÃO

Artigo 'Operação Veredas': um dígito errado e um monumental lapso do Governo.

Página **02**

Acompanhe um relatório completo das ações da Aiba e entidades parceiras em busca de uma solução para o passivo ambiental desde 2000.

Página **03**

Com as lavouras embargadas pelo IBAMA, safras de soja e algodão ficaram ameaçadas.

Página **04**

Com direito a helicóptero, polícia e, claro, muita mídia, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, levantou a tenda do seu circo itinerante no Oeste da Bahia. Como quem fecha os olhos e aponta com o dedo um lugar aleatório no mapa, elegeu Formosa do Rio Preto para armar o picadeiro e não deu outra: virou notícia. O problema é que a notícia era distorcida.

O primeiro erro foi de logística, já que o endereço que o ministro procurava não foi o mesmo que ele desembarcou. Por um dígito errado nas coordenadas geográficas, o ministro, que se auto intitula "midiático", errou o alvo e condenou um inocente.

Mas o papelão televisivo, cibernético e impresso é só a face aparente de um problema crônico que há anos os produtores do Oeste da Bahia tentam combater: o passivo gerado pela omissão dos órgãos ambientais, que, por falta de recursos, gente ou estrutura não conseguem dar vazão aos pedidos de licenças de averbação de reservas, supressão vegetal dentre outros. E apesar de reconhecerem o problema, transferem para o produtor rural o ônus da sua própria inoperância.

Operação Veredas: um dígito errado e um monumental lapso do Governo



Humberto Santa Cruz
presidente da Aiba

No último dia 06 de novembro, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, em mais uma das ações cinematográficas que protagonizou frente à chamada Operação Veredas, desembarcou de um helicóptero, escoltado por jornalistas convidados, na Fazenda Mauá, no município de Formosa do Rio Preto (BA). Sob o comando do ministro, a equipe formada por funcionários do IBAMA e da Polícia Rodoviária Federal, dentre outros, alegando que a fazenda se encontrava nas áreas do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, confiscou máquinas, a safra e embargou a área do produtor, que estava sendo preparada para o plantio da safra 2008/09. O proprietário Haroldo Hidekazu Uemura, por manter no local uma arma para a segurança da fazenda, foi condenado a passar a noite na cadeia.

A notícia foi publicada com destaque no site do Ministério do Meio Ambiente. Diversos meios de comunicação propagaram as cenas do produtor sendo levado e as declarações do ministro de que a “soja pirata”, como batizou o produto apreendido, seria vendida e utilizada para refazer as áreas desmatadas por Haroldo Uemura.

Surpreso, vendo ser feridos seus direitos fundamentais, previstos na Constituição Brasileira, como os princípios da **Inocência e da Ampla Defesa e a Garantia do Direito de Propriedade**, restou ao produtor lutar para provar que não era culpado. O Ministério e o IBAMA o acusavam de voltar a desmatar uma área pela qual, no passado, sofreu uma autuação de validade duvidosa, já que sua área, assim como a de outros produtores, havia sido excluída da área do Parque por sentença da 17ª Vara Federal de Brasília. Porém, esta decisão foi contestada pelo IBAMA, através de recurso que tramita hoje no Superior Tribunal Regional, concluso para novo julgamento. Vale ressaltar que, desde a primeira autuação, Haroldo Uemura não descumpriu o embargo.

Somente após a soltura de Uemura se descobriu o erro: **O AUTO DE INFRAÇÃO E A REAL LOCALIZAÇÃO DA FAZENDA MAUÁ NÃO COINCIDEM**. O auto lavrado em 27 de maio de 2003 referia-se às coordenadas 10°, 10', 45.2" – 45°, 38',

04.2". Na ação do último dia 06 de novembro, foi apontada como tendo sido objeto do descumprimento do embargo a área sob as coordenadas: 10°, 10', 45.2" – 45°, 35', 04.2", que está **FORA DA PROPRIEDADE DA FAMÍLIA UEMURA**, e, de fato, está desmatada.

Este monumental lapso é apenas mais um em uma série de erros que já começa com a concepção do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, criado em 16 de julho de 2007. Em primeiro lugar, ao contrário do que determina a lei, o decreto foi instituído sem que se fizessem as consultas públicas e nem mesmo os produtores rurais que já ocupavam as áreas com suas lavouras foram informados de sua criação, tornando-se, a partir dali “criminosos”, pois ocupavam áreas de reserva. Para piorar, as áreas do Parque, que na Bahia ocupam, aproximadamente, 60 mil hectares, não fazem parte das zonas de nascentes daquele rio. São, sim, áreas de cerrado e constituem importante fonte econômica para o estado.

A Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), representante de 1,2 mil produtores rurais do cerrado da Bahia, repudia com vigor a injustiça cometida contra o produtor Haroldo Uemura, cuja preocupação com a sustentabilidade ambiental em suas terras sempre foi uma de suas grandes características.

Quanto aos produtores associados autuados e embargados pela força-tarefa denominada Pente Fino, a AIBA os está orientando a buscar assessoria jurídica e, para tanto, fornece subsídios comprobatórios da omissão e inoperância dos órgãos ambientais no passado, que resultaram neste passivo ambiental, hoje questionado pelo próprio IBAMA.

A AIBA, através do seu Departamento de Meio Ambiente, sempre manteve contato constante com os órgãos ambientais, na busca da regularização ambiental das fazendas produtoras, em especial, da região Oeste da Bahia. Os últimos acontecimentos nos impeliram a intensificar estes contatos, convocando Governo Estadual e órgãos ambientais a, juntos, encontrar uma solução para o problema. Prova disso é a reunião realizada no dia 25 de novembro, na Governadoria do Estado da Bahia, em Salvador, com participação da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), Secretaria de Agricultura (SEAGRI), Casa Civil e Aiba.

Nossos argumentos são sustentados por ampla documentação e nos colocamos à disposição da mídia e da sociedade para maiores esclarecimentos.

ANO 16 - Nº 163 - Novembro/2008

Publicação mensal editada pela
Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia - Aiba

CONSELHO EDITORIAL

Alcides Viana
Alex Rasia
Edmilson Marques Figueredo
Igor Lyra
Johnson Medrado Araújo
Jussara Piai
Késia Magdala
Marco Antonio Tamai
Marcos José Vicente de Souza
Mônica Cagnin Martins
Murilo Barros Pedrosa
Pedro Venício Lima Lopes
Ricardo Santos Cruz
Rilla Clara de Oliveira Rios
Rodrigo Alves
Sérgio Pitt
Veridiane Carvalho

Jornalista responsável:

Catarina Guedes - DRT 2370-BA

Editoração Eletrônica:

Eduardo Lena (77) 3611-8811

Aprovação Final

Alex Rasia
Sérgio Pitt

Impressão:

Gráfica Aliança
(77) 3611-2001

Tiragem:

2.500 exemplares

Comentários sobre o conteúdo editorial desta publicação, sugestões e críticas, devem ser encaminhadas através de e-mail para:

imprensa@aiba.org.br

A reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação é permitida e até recomendada, desde que citada a fonte.

DIRETORIA

Presidente: **Humberto Santa Cruz**

1º Vice Presidente: **João Carlos Jacobsen Rodrigues**

2º Vice Presidente: **Sérgio Pitt**

Dir. Financeiro: **Raul Botelho Teixeira**

Vice Dir. Financeiro: **Luiz Carlos Berlatto**

Dir. Meio Ambiente: **José Cisino Menezes Lopes**

Dir. Dptº de Comunicação e Marketing: **Bruno Antônio Zuttion**

Dir. Dptº de Café: **Mário Josino Meirelles**

Dir. Dptº de Grãos: Pres. da Fundação BA – **Amauri Stracci**

Dir. Dptº de Algodão: Pres. da ABAPA – **Walter Yukio Horita**

Dir. Técnico: Pres. da AEAB – **Paulo Affonso Leiro Baqueiro**

Dir. Dptº de Frutas do Vale: Pres. da Cofrutoeste – **Airton Pereira Pinto**

Dir. Dptº de Frutas do Cerrado: **Danilo Tomoaki Kumagai**

Dir. Dptº de Pecuária: Pres. da Acricioeste – **Ricardo Simões Barata**

Dir. Dptº de Ovinocaprinocultura: Pres. Capricioeste – **João Carlos Viello**

Conselho Fiscal: **Marcos Antônio Busato, Aldemiro Andrigueti, Paulo Massayoshi Mizote.**

Suplentes: **Miguel Moreira de Carvalho, Erno Scherer, Ricardo Garcia Leal**

Conselho Técnico: **Antônio Grespan, Celito Missio, José Renato Piai, José Cláudio de Oliveira, Valmor dos Santos, Raimundo Santos**

Conselho Consultivo: **Ricardo Hidecazu Uemura, Jacob Lauck, Dino Rômulo Faccioni, Odacil Ranzi, Adelar José Cappellesso, Valter Gatto**



Av. Ahylon Maranhão, 100 - P. 47.806-180

Fone: (77) 3611-8811 / 3611-8020

Relatório das ações da Aiba referentes ao IBAMA e erros da Operação Veredas

IBAMA - operação de fiscalização de desmatamento do Bioma Cerrado, a "Operação Veredas".

Estrutura e bases utilizadas:

A Operação Veredas é coordenada na Gerência do IBAMA em Barreiras e contou com o apoio de 59 agentes do Ibama, Instituto Chico Mendes, Companhia Independente de Ações do Cerrado e Grupo Aéreo (PM/BA), Polícia Rodoviária Federal e 4º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército. Os agentes do Ibama vieram da Bahia e de outros estados como TO, MG, PI e DF, liderados pelo coordenador Alberto Gonçalves, da Superintendência da Bahia. Em breve, deverão realizar a segunda etapa da operação.

O IBAMA, através do seu Centro de Sensoriamento Remoto de Brasília, com apoio da Gerência de Barreiras, comparou imagens de satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) obtidas entre os anos 2006 e 2008. Além disso, constatou outras irregularidades, observadas em três dias de sobrevôos feitos pelo Grupo Aéreo da Polícia Militar da Bahia (GRAER/PM/BA). Foram identificadas 76 áreas como desmatadas, que foram alvos da operação Veredas, em dez municípios do Oeste baiano e Sul do Piauí.

Os alvos prioritários da operação foram as derrubadas localizadas no Parque Nacional Nascentes do Rio Parnaíba e a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, além do entorno dessas unidades de conservação federal. Em Formosa do Rio Preto, município onde estão localizadas essas áreas de preservação, foram aplicadas 82% das multas e realizados 80% dos embargos.

Resultado:

1. Embargados mais de 57 mil hectares de lavouras;
2. Multas milionárias perfazendo R\$ 33,6 milhões de reais;
3. Apreensão de 27 máquinas agrícolas, 4 caminhões, 8 motosserras, 2 silos (cilindros para guardar grãos), 2 geradores e 124 toneladas de soja. Foram destruídos 330 fornos de produção de car-

vão vegetal que funcionavam em desacordo com a licença concedida pelo Instituto de Meio Ambiente da Bahia (IMA).

Alertas da AIBA

1. Em 26 de junho de 2000, atendendo interpelação da AIBA, o IBAMA de Barreiras (BA) informou, através de carta, a existência de 1.200 processos pendentes para apreciação, que solicitam autorização para supressão vegetal.

2. Em 04 de julho de 2000, a AIBA enviou carta para a Superintendente Estadual da Bahia do IBAMA, dando ciência dos fatos e solicitando providências.

3. Em 27 de julho de 2000, a Superintendência do IBAMA da Bahia respondeu à AIBA, informando que o assunto foi encaminhado a Presidência do IBAMA em Brasília, e, ao mesmo tempo, ratificando as informações da gerência local do IBAMA.

4. Em 15 de agosto de 2000, a AIBA formalizou carta para a Presidente do IBAMA, Dra. Marília Marreco, dando ciência dos problemas da regional de Barreiras, solicitando uma audiência. Apesar da insistência, a audiência não foi concedida.

5. Em 29 de novembro de 2000, a AIBA fez nova carta, agora para o Ministro do Meio Ambiente, Dr. José Sarney Filho, dando ciência dos fatos e solicitando audiência.

6. A audiência com o Ministro foi concedida e, através do próprio Ministro, na seqüência, foi concedida audiência pela Presidente do IBAMA. Na semana seguinte à audiência com a Presidente do IBAMA, a mesma foi demitida.

7. Em 30 de março de 2001, a chefia do Gabinete da Presidência do IBAMA enviou carta ao Ministério do Meio Ambiente, que por sua vez, deu ciência à AIBA com a resposta da demanda inicial da Associação, descaracterizando completamente o pleito.

Do Convênio SEMARH Bahia x IBAMA

Com o objetivo de estabelecer regras e condições de cooperação técnica, visando o licenciamento e a gestão compartilhada dos recursos florestais no Estado da Bahia, em 14.09.2006 foi firmado um Termo de Cooperação Técnica entre o IBAMA e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) da Bahia, com importantes diretrizes a serem cumpridas pelas partes, dentre as quais, merecem maior destaque:

“Evitar impactos no atendimento e prestação de serviços ao usuário durante a transição e transferência de atribuições federais para o órgão de meio ambiente do Estado;

“Facilitar a incorporação dos instrumentos autorizativos florestais ao sistema de licenciamento ambiental;

“Evitar fragmentação de controle, duplicidade de esforços e sobreposição de atividades;

“Melhorar as condições estruturais e de recursos humanos para a execução da política florestal pelo órgão de meio ambiente do Estado.

Faz parte do Convênio, um Plano de Trabalho que destaca as atividades a serem desenvolvidas, responsabilidades das partes e prazos a serem cumpridos. Apesar de contemplar ações estaduais, o plano contempla pontos específicos que dizem respeito aos processos da Gerência do IBAMA de Barreiras, da indisponibilidade de registros e controles devido a apreensão pela Polícia Federal de documentos e arquivos fiscais.

O prazo do Convênio expirou (14.09.2008). Os resultados foram catastróficos. O plano de trabalho não foi cumprido, com acusações recíprocas do descumprimento das partes.

Ações desenvolvidas pela AIBA e providências propostas

Em 10.11.2008, a AIBA, através de seus executivos, participou de uma audiência com o Chefe do Gabinete do Ministro de Meio ambiente, Sr. Ivo Bu-

caresky, tratando especialmente da questão dos erros cometidos pelo IBAMA com o produtor Haroldo Uemura e outros.

Em 10.11.2008, participou de audiência com o Coordenador Geral da Fiscalização do IBAMA, em Brasília, Dr. Luciano de Menezes Evaristo, alertando sobre os erros cometidos pelo IBAMA na ação envolvendo o Ministro contra o produtor Haroldo Uemura. Como resultado imediato, conseguiu-se suspender a remoção das máquinas, produtos, etc. da fazenda.

Em 11.11.2008, a AIBA participou de audiência com o Secretário Geral do Ministério da Agricultura Dr. Sillas Brasileiro, dando ciência do problema e trocando idéias para a entrada do MAPA na demanda.

Em 11.11.2008, no Gabinete da Deputada Federal Jusmari Oliveira, foi feito contato com o Ministro de Meio Ambiente, Carlos Minc, alertando sobre a injustiça cometida com o produtor Haroldo Uemura, assim como sobre a inoperância dos órgãos ambientais no Oeste da Bahia e as irregularidades cometidas na criação do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba.

Em 12.11.2008, a entidade participou de audiência com o Coordenador da Equipe de Fiscalização do IBAMA, Sr. Alberto Gonçalves, na agência de Barreiras. Após tomar conhecimento dos objetivos do trabalho do IBAMA, os técnicos foram alertados dos problemas operacionais enfrentados pelo IBAMA local, das falhas e comprometimento dos trabalhos desenvolvidos no passado.

Em 14.11.2008, participou de reunião na Governadoria, em Salvador, com o Secretário de Meio Ambiente Dr. Juliano Matos, com o Superintendente da SEMARH Sr. Marcos Ferreira, com Chefe de Gabinete da Casa Civil Sr. Carlos Mello e com a Secretária da Casa Civil Dra. Eva Chiavon, buscando apoio para intervenção política junto ao Governo Federal com o objetivo de suspender

a ação do IBAMA.

Através do seu diretor regional em Salvador, Dr. João Lopes de Araújo, a AIBA mantém contatos diários com a SEMARH e Casa Civil, cobrando intervenção junto ao Governo Federal. Também, via FAEB, com o presidente, João Martins, que, por sua vez, deu ciência dos problemas enfrentados pela Bahia à Presidente da CNA, a senadora Kátia Abreu.

Em 18.11.2008 a AIBA notificou o Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, Dr. Juliano Matos, com relação ao cumprimento do Convênio firmado em 14.09.2006 entre SEMARH e IBAMA, quando o Estado da Bahia recebeu do IBAMA a transferência dos processos pendentes de vistoria para licenciamento.

Em 20.11.2008, a AIBA notificou por escrito o Presidente do IBAMA, Dr. Roberto Messias Franco, e o Coordenador Geral de Fiscalização Ambiental do IBAMA, Dr. Luciano de Menezes Evaristo, na sede do IBAMA em Brasília, para informar, no prazo de 48h, o cumprimento das ações previstas no Convênio firmado em 14.09.2008 com o Estado da Bahia. Acompanhou a notificação, um dossiê com cópia de todas as correspondências trocadas entre AIBA e IBAMA, além de uma cópia do Convênio em questão.

A AIBA está avaliando a possibilidade de contratação de uma ação judicial com o objetivo de suspender os trabalhos de fiscalização do IBAMA. Para tanto, está constituindo peças importantes para o processo como, por exemplo, as citadas notificações, que servirão de provas no processo.

A Deputada Federal Jusmari Oliveira encaminhou ofício, através da Comissão de Agricultura, para que a Câmara Federal aprove requerimento convidando o Ministro de Meio Ambiente, Carlos Minc, a participar de Audiência Pública na Câmara para prestar informações sobre os trabalhos realizados pelo IBAMA no processo de licenciamento da região Oeste da Bahia, em especial, sobre o cumprimento do Convênio firmado em 14.09.2006 com o Estado da Bahia. Também está sendo avaliada a forma jurídica para fazer a mesma solicitação ao Estado da Bahia.

Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba: Diante das irregularidades apontadas na sua origem, visando a excluir as áreas que não fazem parte das nascentes do Rio Parnaíba e que são favoráveis à agricultura, incluídas indevidamente no parque, está sendo preparado um Projeto de Lei pela Assessoria da Câmara Federal, por iniciativa da Deputada

Jusmari Oliveira, a pedido da AIBA. O objetivo é corrigir, via Legislativo, os equívocos do Decreto. O parque visa proteger as nascentes do Rio Parnaíba. As áreas favoráveis à agricultura da Bahia estão fora daquelas nascentes. A divisa dos estados, apuradas pelo Exército Brasileiro, foram demarcadas a partir do divisor das águas. Serão utilizadas estas mesmas coordenadas no Projeto de Lei.

Haroldo Uemura e Outros: A recente e questionável atuação do IBAMA desconsiderou a existência de uma sentença da Justiça Federal que determina a exclusão das áreas do produtor rural Haroldo Uemura de dentro do Parque. Esta decisão está sendo contestada pelo IBAMA, via recurso, que tramita hoje no Superior Tribunal Regional, pronto para novo julgamento. Entretanto, por diversas vezes, a questão foi tirada de pauta de julgamento. Quanto à última intervenção do IBAMA, Haroldo e outros já obtiveram (19.11.2008), a antecipação dos efeitos de tutela do Juiz Federal MOACIR FERREIRA RAMOS, titular da 17ª Vara Federal de Brasília, para que a União e o IBAMA se abstenham de realizar quaisquer procedimentos que visem ao desapossamento da sua propriedade, assim como que procedam à

liberação do maquinário agrícola apreendido, para que ele possa efetuar o plantio da lavoura em suas propriedades nesta safra.

Decreto 6.514/08 - Revisão: O Governo admitiu rever o decreto 6.514, que regulamentou a Lei de Crimes Ambientais, por exigência do agronegócio. Vários pontos devem ser aperfeiçoados, dentre eles, uma pauta de 15 pontos questionados. Através de uma Portaria Interministerial, foi criado um grupo de trabalho (GT) para avaliar e preparar os pontos que serão alterados. Esta providência poderá favorecer o trabalho da AIBA no sentido de suspender as fiscalizações do IBAMA que utilizam o Decreto como base para as notificações.

Produtores objeto de Autos de Infração e embargos: A AIBA alerta os produtores atuados pelo IBAMA para não perderem o prazo legal das defesas administrativas, assim como, da importância de buscarem apoio jurídico para explorar as melhores estratégias e pontos falhos para a contestação dos autos. A AIBA está à disposição para apoio, orientação e o fornecimento de subsídios necessários nas defesas dos autos, liberação dos embargos, etc.

Bahia: com as lavouras embargadas pelo Ibama, safras de soja e algodão ficaram ameaçadas

O embargo a cerca de 60 mil hectares de áreas agricultáveis na região Oeste por causa da chamada Operação Veredas, em pleno período de plantio, põe em risco a produção baiana de *commodities* como a soja e o algodão. Temendo um colapso na produção, os produtores, através da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), percorreram os gabinetes de Brasília em busca de uma solução para o problema, cujo cerne está na falta de agilidade dos órgãos públicos competentes para fazer os licenciamentos ambientais. No dia 27 de novembro, o presidente da Aiba, Humberto Santa Cruz, o vice Sérgio Pitt e a deputada federal Jusmari Oliveira reuniram-se em Brasília com o ministro das Relações Institucionais, José Mucio Monteiro, para expor o problema. Em seguida, participaram de reunião com o ministro interino da Agricultura, Silas Brasilei-

ro, e com o assessor especial do ministro, Gerardo Fontelles.

Os encontros são parte de uma verdadeira cruzada que vem sendo empreendida pela Aiba, com apoio Associação Baiana dos Produtores de Algodão, desde 2000 (vide relatório das ações nesta edição). AIBA e parceiras alertam os governos Federal e Estadual para o passivo gerado pela falta de equipamentos e recursos humanos de órgãos como o IBAMA para agir com celeridade em processos como os de averbação de reserva legal. Essa demora deixa o produtor que já cumpre a lei, preservando a reserva legal, vulnerável às penalidades por não possuir a autorização para supressão vegetal e licenciamento ambiental, o que, na maioria dos casos, pode levar anos para acontecer.

O ministro José Mucio Monteiro en-

tregou ao presidente Lula, no dia 1º de dezembro, uma carta assinada pela AIBA e pela Deputada Jusmari Oliveira, dando ciência da situação na região e da “inoperância do IBAMA”. Os produtores pediram a interveniência do presidente na formalização de um Termo de Compromisso Tripartite (AIBA, Governo Federal/IBAMA e Governo do Estado da Bahia/SEMA) que estabeleça metas e condições para a regularização das áreas da região. Além disso, a suspensão imediata do embargo a fim de garantir o plantio nesta safra.

Prejuízos

Em Formosa do Rio Preto, a mil quilômetros da capital Salvador, a Operação Veredas teve a participação pessoal do Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, em uma das *blitze*, no dia 06 de novembro. O

saldo da operação na região, divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente, foi de 57 mil hectares de terras embargadas, R\$ 33,6 milhões de reais em multas, apreensão de 27 máquinas agrícolas, quatro caminhões, oito motosserras, dois silos, dois geradores e 124 toneladas de soja.

“Os danos causados pela Operação Veredas são incalculáveis para a economia local. Se inviabilizar a produção, causará desaquecimento do comércio, desemprego, além de um considerável *déficit* na produção do estado, já que a região Oeste é a única a produzir soja na Bahia. Este ano, já vínhamos sendo prejudicados pela crise econômica mundial e agora recebemos este golpe de instituições que deveriam nos ajudar”, afirma o presidente da AIBA, Humberto Santa Cruz, que acredita na compreensão do presidente para o pleito.

Produtores rurais defendem mecanismos de equalização para amenizar efeitos da crise

O fortalecimento e ampliação das políticas de garantia de preço mínimo para o produtor rural pode se tornar a solução para evitar a pane no setor produtivo agrícola, após a crise financeira detonada nos EUA há cerca de dois meses. Segundo João Carlos Jacobsen, presidente da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), programas como o Pepro diminuem o risco para os bancos financiadores do agronegócio, favorecendo a retomada do crédito no setor. O executivo da Abapa reuniu-se no dia 11 de novembro, na sede do Ministério da Agricultura, em Brasília, com representantes dos produtores, Governo, bancos e *tradings*. A reunião foi comandada pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes e representantes do Ministério da Fazenda.

Na pauta do encontro, o tópico mais

importante foi a falta de acesso aos recursos disponibilizados pelo Governo Federal para as operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) e Cédula do Produtor Rural (CPR), que deveriam suprir a safra dos bancos internacionais que financiavam o agronegócio brasileiro. Segundo Jacobsen, os bancos internacionais saíram do jogo, e os nacionais estão emprestando menos, com juros mais altos, e, mesmo assim, apenas para os produtores que têm garantias reais.

“Não existe como manter o setor produtivo rural se não há crédito. Se confirmado, o Pepro pode significar uma segurança a mais para os bancos na liberação do crédito”, afirma o presidente da Abapa. Com o dinheiro mais caro e os preços das *commodities* em tendência de baixa, os produtores temem pela sustentabilidade do

negócio.

“Precisamos ter acesso aos recursos que foram liberados pelo Governo Federal para as operações de ACC e CPR para garantir a safra”. Para Jacobsen, a reunião permitiu ao Governo uma visão panorâmica da real situação no setor agrícola. “Foi um trabalho de conscientização e sentimos que surtiu efeito. Pedimos ao ministro a ampliação do prazo para 360 dias, o que será analisado, e ele reforçou com os bancos a necessidade de ser parceiros do produtor”, conclui.

Até o dia 14 de novembro, Jacobsen e representantes dos produtores continuaram em Brasília discutindo com parlamentares a importância da inclusão no orçamento da União de recursos para apoio à equalização dos preços pagos ao produtor, como o Pepro, e possíveis soluções para a agricultura na crise atual.

Audiência Pública na Câmara Federal debate a sustentabilidade do milho brasileiro

Por iniciativa da Deputada Federal Jusmari Oliveira (PR-BA), foi realizada no dia 20 de novembro, no Plenário VI da Câmara, com representantes do Governo Federal e de produtores rurais, uma audiência pública com o propósito de “Debater a importância, os desafios e as propostas relacionadas aos mecanismos de comercialização agrícola e sustentação de preços, administrados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), para a cultura do milho”.

A sustentabilidade da produção de milho na região Oeste da Bahia e sua importância para segurança alimentar do povo do Nordeste foram o foco principal do debate, do qual participou o vice-presidente da Aiba, Sérgio Pitt.

Segundo Pitt, a grande oscilação dos preços do milho, na grande maioria das vezes, é provocada pela variação da curva

da oferta do produto no mercado, influenciada pelo comportamento da 2ª safra de verão (safrinha), em especial, a do Mato Grosso.

Segundo o executivo da Aiba, um dos principais entraves à sustentabilidade do milho baiano são as políticas de incentivo ao milho do Centro-oeste. As subvenções econômicas do Governo para sustentar os preços do milho produzido na safrinha são executadas em detrimento ao milho produzido na região Oeste da Bahia. “O milho do Centro-oeste passa em caminhões, na porta das nossas fazendas, com destino ao Nordeste, beneficiado com recursos públicos, tirando artificialmente nossa competitividade”, argumentou, na ocasião, Sérgio Pitt.

Uma das conclusões dos participantes, que preocupam especialmente o produtor do Oeste da Bahia, é que o futuro da atividade está comprometido. Os estoques brasileiros de passagem estão muito elevados, superiores a 13 milhões

de toneladas (20% da safra brasileira), suficientes para atender o consumo nacional de quase quatro meses. Além disso, os custos de produção estão elevados para a formação da safra em fase de plantio, bem superiores aos novos preços mínimos do governo e dos preços do produto praticados pelo mercado. Outro fator é a limitação por cultura e CPF do teto para custeio com recursos obrigatórios. Este parâmetro é utilizado de forma isonômica de Norte a Sul, sem avaliar o porte do produtor. E por fim, há insegurança quanto à comercialização da próxima safra.

A proposta da Conab, diante do panorama debatido em Brasília, foi implantar uma política de regionalização da produção do milho. Neste contexto é necessário destacar a região Oeste da Bahia como oportunidade de negócio. A Conab vai investir em estrutura de armazenagem na região para marcar assim uma participação mais forte.

Estoques altos e exportações em baixa preocupam produtores de milho

O representante da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Milho e Sorgo do Ministério da Agricultura, Celestino Zanella, participou no dia 3 de novembro, em Brasília, do mais recente encontro da Câmara. O objetivo da reunião, na qual estiveram presentes representantes de toda a cadeia produtiva do grão e do Governo, foi debater o excesso de estoque e o baixo volume de exportações da *commodity* que ameaça a rentabilidade do produtor.

Na ocasião, o presidente da câmara setorial, César Borges de Sousa, alertou para a depreciação do produto, cuja queda tem variado de 5% a 10%, deixando os preços do milho próximos ao mínimo estabelecido pelo governo.

Conforme Zanella, o volume de estoque é o maior da história e a previsão das vendas externas deverá cair significativamente, saindo de 12 milhões de toneladas para quatro milhões. “Isso resulta em baixos preços pagos ao produtor, cuja remuneração não cobre sequer os custos de produção para a próxima safra”, afirma.

Durante a reunião, foi solicitado ao governo a ampliação das operações de compra direta (AGF) e subsídios ao escoamento da produção (PEP).



Fundesis inaugura obras da Associação de Crianças Pobres

Dançar, brincar, sonhar e ser criança. Tudo isso ficou mais próximo dos cerca de 100 meninos e meninas atendidos pela entidade Proteção às Crianças Pobres de Barreiras. No dia 4 de novembro, a instituição inaugurou seu Espaço Pedagógico, um sonho que só se tornou possível graças ao apoio do Fundo para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bahia (Fundesit). A creche, localizada no bairro Vila Dulce, em Barreiras, foi selecionada pelo segundo edital do Fundesit, que beneficiou dez projetos sociais da região Oeste da Bahia. As obras da instituição foram financiadas com o valor de R\$ 45 mil do Fundesit e R\$ 5 mil da contrapartida da entidade, totalizando R\$ 50 mil para a reforma.

Com muitas cores e projeto voltado especialmente para educar de forma lúdica as crianças, o Espaço Pedagógico tem *playground* infantil, biblioteca, brinquedoteca, sala de música, sala de leitura e equipamentos eletrônicos, materiais didáticos e móveis novos.

Para comemorar e agradecer a parceria do Fundesit, as crianças e funcionários da creche prepararam uma programação toda especial, com direito a números de dança e música que emocionaram a todos os presentes. Um dos destaques foi a apresentação da pequena Vanessa Praxedes, de 12 anos, que cantou a música do Fundesit, que fala



da importância da união de todos para mudar a sorte de quem mais precisa.

“Foi difícil segurar a emoção”, confessa o vice-presidente da Aiba e idealizador do Fundesit, Sérgio Pitt, ao final do número. “É muito bom saber que, mais que equipamentos ou obras civis, estamos dando a essas crianças as ferramentas para a construção de um destino diferente”, diz. Em seu discurso, Pitt ressaltou a importância do projeto, fruto da parceria entre Aiba e Banco do Nordeste, e que vem colaborando para a melhoria na vida de centenas de pessoas carentes da região. De acordo com o executivo, a meta do Fundesit para 2009

é contemplar um número maior de entidades.

Roseli Pinto, voluntária da creche, lembra que, antes das obras, havia apenas um espaço vazio, sem nenhuma atividade para as crianças. “Com o auxílio do Fundesit e com a construção das novas salas, essas crianças agora têm atividades como oficinas de artes plásticas e oficinas de fantoches. Além disso, estudam e brincam. Através do Fundesit, também realizamos o curso ‘Educar: Responsabilidade e Inclusão Social’, ministrado por profissionais pedagógicos para dar um melhor atendimento às nossas crianças”, disse.

Diretores da Aiba discutem cobrança da água em Aracaju

Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), representada pelo diretor de Meio Ambiente, José Cisino Lopes, e o diretor regional, João Lopes Araújo, participou da VIII Plenária Ordinária do Comitê da Bacia do Rio São Francisco, em Aracaju (SE), de 29 a 31 de outubro.

O principal tópico da pauta do encontro foi a discussão da deliberação que estabelece mecanismos e sugere valores de cobrança pelo uso da água. Os mecanismos foram aprovados, porém, os valores apresentados pela Agência Nacional de Águas (ANA) foram questionados pelos usuários, que sugeriram a introdução de um índice de aridez com intuito de eliminar cobrança por água evaporada, reduzindo o valor proposto em aproximadamente 20%.

Não houve consenso entre os presentes e a discussão deverá ser retomada em Barreiras, em maio de 2009.

Aiba propõe melhorias para o produtor durante reunião do CNRH

O diretor de Meio Ambiente da Aiba, José Cisino Lopes participou da XX Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), em Brasília (DF), no dia 05 de novembro. Entre os itens da pauta, a Proposta de Resolução que “estabelece critérios e procedimentos gerais para a proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro” foi a mais debatida.

De acordo com Lopes, no artigo 3º desta resolução está definido que os planos de recursos hídricos devem delimitar as áreas de recarga de aquíferos e definir suas zonas de proteção, e o parágrafo 1º diz que para as zonas de proteção deverão ser propostas diretrizes específicas de uso e ocupação do solo. O diretor da Aiba entendeu que esta redação poderia dar margem para a criação de mecanismos restritivos ao uso dos solos agricultáveis. A entidade apresentou emenda que, após várias intervenções, foi aprovada pelo Conselho. O texto final ficou “para as zonas de proteção, deverão ser propostas diretrizes específicas de uso e ocupação do solo, bem como ações de incentivos ao aumento das disponibilidades hídricas subterrâneas”.

Segundo Lopes, com essa emenda há possibilidade do produtor ser beneficiado com ações como plantio direto, terraceamento e outras medidas que contribuam para reter água no solo.

Pesquisas da Fundação Bahia são apresentadas em Minas Gerais

Os resultados de pesquisas da Fundação Bahia na cultura do café, safra 2007/08, ganharam destaque no 34º Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeeiras, que aconteceu de 04 a 07 de novembro, em Caxambú (MG). Dos sete trabalhos publicados pela Fundação Bahia, três foram selecionados para apresentação e abordaram temas sobre espaçamento, mudas, manejo e controle de doenças como a Phoma e Ferrugem do Cafeeiro.

De acordo com o técnico agrícola e pesquisador da Fundação Bahia, Edmil-

son Figueredo, além do número de pesquisas apresentadas, os resultados alcançados na cultura do café da região Oeste, chamaram a atenção do público. “Evidenciamos os resultados da cafeicultura na região Oeste. Enquanto a média nacional é de aproximadamente 19 sacas/ha, o Oeste baiano produz aproximadamente 45 sacas/ha”, destaca o pesquisador.

Além da divulgação dos resultados, o pesquisador apresentou também a estrutura do Centro de Pesquisa da Fundação Bahia, o que, segundo Figueredo,

demonstrou a importância da entidade para o desenvolvimento de técnicas específicas para a região.

O Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeeiras discutiu a conjuntura do café e trata de temas como a produtividade nacional, renovação e certificação dos cafezais. É um evento destinado a empresas da agroindústria, produtores rurais, pesquisadores, estudantes, e profissionais ligados ao agronegócio. Este ano, o evento contou com aproximadamente 400 inscritos.

Curso capacita profissionais do algodão

Entre os dias 24 e 29 de novembro, a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa) promoveu, nos municípios de Luís Eduardo Magalhães e no distrito de Roda Velha, município de São Desidério, um treinamento para aperfeiçoar o conhecimento teórico e técnico dos profissionais da cadeia produtiva do algodão. Aproximadamente 150 pessoas participaram do evento e a segunda etapa está programada para o mês de abril de 2009.

Durante o treinamento, foram tratados assuntos ligados aos processos e tecnologias da cadeia do algodão e também se traçaram estratégias para reduzir custos e melhorar a qualidade da produção no cerrado da Bahia. Um dos destaques da programação foi a explanação do diretor da Abapa, Celito Missio, que, além de produtor é proprietário de algodoeira. Missio falou sobre a importância do beneficiador na cadeia produtiva do algodão.

De acordo com o presidente da Abapa, João Carlos Jacobsen, os diversos treinamentos promovidos ao longo do ano pela Associação têm como objetivo minimizar os entraves causados pela falta de capacitação, incutindo nos colaboradores e participantes a cultura do planejamento técnico e profissional.

“O material humano treinado e valorizado é essencial à cadeia do algodão da Bahia. Os cursos vêm atender a esta demanda e, por isso, têm grande adesão do público”, afirma Jacobsen.

Na oportunidade, também foram passados conceitos que permitem a análise de custo-benefício, atendimento ao mercado e sustentabilidade.

INFORMAÇÕES: na Abapa, com Rilla Rios ou Hérica Pignata.

Fone-fax: (77) 3613-8041/3613-8009

E-mail: rilla@abapaba.org.br/herica@abapaba.org.br



Nome	Data
Cândido Hideomi Uemura	01.12
Helmo Carlos Frantz	01.12
Edmar Frizon	02.12
Jorge Luiz Viecili	02.12
Rudi Hoffmann	02.12
Geomar Delfino de Melo	03.12
João Antônio Gorgen	03.12
Odacil Ranzi	03.12
Roque Afonso Strieder	03.12
Luiz Marcon Carassa	04.12
Cezar Neitze	05.12
Joacir Jorge Ottoni	05.12
Paulo Cezar Dalcin	07.12
Vilmar Carmo Possebon	07.12
Antônio Grespan	09.12
Aldair Pedro Johner	10.12
Armando Berwanger	10.12
Cleiton Vergutz	10.12
Germando Fockink	10.12
Adelar Brachmann	11.12
Carmo Fidelcino Madureira	12.12
Frederico Cunnar Durr	12.12
Nilo Della Senta	13.12
Severiano José Freire Júnior	13.12
Rudi Becker	14.12
Toshio Kumasaka	15.12
Humberto Alencar Segatto	16.12
Leonildo Inácio Marschall Hendges	16.12
Valdir Coser	17.12
Zeno Bohnen	17.12
Augusto Mumbach	18.12
Lécio Hoff	18.12
Valmor Bragagnolo	18.12
Aldori Juliani	19.12
Carina Franciosi	19.12
Elia Machado Holnik	19.12
Luiz Benedito Balan	19.12
Anildo Emo Winter	20.12
Aparecido Jaime Negri	21.12
Artur Janzen	21.12
Edimar Georg Oswaldt	21.12
Clovis Ceolin	22.12
Oswaldo Hanisch	22.12
Paulo Roberto Magerl	22.12
Alberto Quesinski	23.12
Masaharu Kawano	23.12
Valdson da Mata Sobreira	23.12
Douglas Orth	24.12
Edson Tressino	24.12
Luiz Ricardi	24.12
José Weber	25.12
Nelson Silvani	26.12
Albim Luiz Rossato	27.12
Antônio Tadeu Shirabe	27.12
Camilo Rabuske	27.12
Guiomar de Souza	27.12
Milton Grimm	27.12
Telmo Torres de Oliveira	28.12
Anívio Armando Timm	29.12
Selmo José Cerrato	29.12
Elton Walker	30.12
Ilton Walter	30.12
Klaus Adalbert Holzapfel	30.12
Claúdio Silvestre Strieder	31.12

Treinamento de gerentes, maquinistas e operadores de algodoeiras na Bahia (L EM)				
Etapa 1: Generalidades, maquinas e manutenção (24/11 até 29/11/2008)				
Data	Horário	Assunto	Palestra	Palestrante
24 e 27	8h/8h30	Abertura	Introdução	Abapa/Cotimes
	8h30/9h	Generalidades	Avaliação inicial	Cotimes do Brasil
	09h/10h		O beneficiador na cadeia produtiva da Bahia	Abapa/Celito Missio
	10h30/11h30		Mercados e qualidade	Unicotton
	Almoço			
	13h30/14h30		Beneficiamento, qualidade e custo	JLC
	14h30/15h40		Problemas do beneficiamento na Bahia	Cotimes do Brasil/PVR
16h/17h30	O processo de beneficiamento e os princípios de funcionamento (1)		Cotimes do Brasil/JLC	
25 e 28	8h/9h	Equipamentos, Regulagens e Manutenção	O processo de beneficiamento e os princípios de funcionamento (2)	Cotimes do Brasil/JLC
	9h/10h30		Pneumática: princípios e manutenção	Continental (William L)
	10h50/11h50		Gestão e planejamento da manutenção	Cotimes do Brasil/JLC
	Almoço			
	13h30/14h50		Eletricidade, automação e energia	Sanden (Fábio G. Gifalli)
	14h50/16h10		Hidráulica: princípios e manutenção	Parker (Marcelo Malaquias)
	Intervalo			
26 e 29	16h30/17h30	Equipamentos antigos	Cotimes do Brasil/PVR	
	8h/9h15	Equipamentos	Busa	Hans Tubben
	9h15/10h30		Candeloro	Jeferson
	Intervalo			
	10h50/12h05		Continental	William Lindamood
	Almoço			
	13h45/15h		Manutenção mecânica	GMI (Marino Cantagalli)
	15h/16h		O conceito de engenharia	Alberto Nobrou Miyadaira
	Intervalo			
16h20/17h20	Fechamento		Avaliação final e avaliação do curso	Abapa/Cotimes
17h20/18h20	Bônus	Programa de Controle do Bicudo	Fundação Bahia	

IMPORTANTE ESCLARECIMENTO MONSANTO SOBRE O PLANTIO DE ALGODÃO TRANSGÊNICO NO BRASIL.

Tendo em vista o início do plantio de algodão para a safra 2008/2009, a Monsanto do Brasil esclarece que: A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio aprovou, em março de 2005, o algodão contendo a tecnologia Bollgard, de resistência a pragas, e mais recentemente, em outubro deste ano, o algodão contendo a tecnologia Roundup Ready (RR), de tolerância a glifosato, ambas tecnologias desenvolvidas pela Monsanto. Nesse sentido, informamos que, na safra 2008/2009, a Monsanto não comercializará no mercado brasileiro, diretamente ou através de licenciados, sementes de algodão RR; estando, portanto, o plantio de algodão RR na safra 2008/2009 em desacordo com a Lei de Propriedade Industrial e considerado ilegal. Com a finalidade de inibir o plantio não-autorizado de algodão contendo as tecnologias Bollgard ou RR, a Monsanto adotará ações durante a próxima colheita para identificar o uso não-autorizado dessas tecnologias e exercer os direitos de proteção conferidos às mesmas, através da cobrança de indenizações e/ou de outras medidas legais. Desta forma, a Monsanto acredita colaborar para a proteção da indústria nacional de sementes de algodão, e dos próprios agricultores, na obtenção dos melhores benefícios oferecidos por suas tecnologias. É importante ressaltar, ainda, que o herbicida à base de glifosato da Monsanto, para aplicação em pós-emergência da cultura do algodão RR, ainda se encontra em fase de registro. Mais uma vez, a Monsanto reafirma seu compromisso com a legalidade e alerta os produtores de sementes e agricultores brasileiros para cultivarem somente sementes certificadas e que possam conter tecnologias devidamente aprovadas pelos órgãos regulatórios do País.

